

Motta defende redução do tempo na Ficha Limpa

Ele também disse não considerar 8/1 uma tentativa de golpe

Por Karoline Cavalcante

Em um possível aceno positivo ao campo oposicionista, com quem fez acordos para se eleger, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), reafirmou, na última sexta-feira (7), a sua posição sobre a Lei da Ficha Limpa. Para ele, o período de oito anos de inelegibilidade para políticos condenados por crimes eleitorais, que consta na legislação, é “uma eternidade”. A fala foi feita em entrevista à rádio Arapuan, de João Pessoa (PB).

“Minha opinião pessoal é que em um sistema democrático, que tem eleição de dois em dois anos, não achar que oito anos é um tempo extenso de penalidade é não reconhecer o sistema democrático”, disse Motta. “Oito anos na política brasileira é uma eternidade”, ponderou.

Bolsonaro

Embora tenha reconhecido que o tema está em destaque devido à intenção do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de reverter a sua inelegibilidade e concorrer ao pleito de 2026, Motta disse que não possui compromisso em pautar a matéria. “As pessoas que vão defender essa mudança na Lei da Ficha Limpa é que têm que levar os argumentos para o Colégio de Líderes e para a Casa. Tenho que tratar de forma regimental as pautas que irão me chegar”, disse o presidente da Câmara.

Bolsonaro está inelegível até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que o condenou em 2023 por abuso de poder político e uso



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Para Hugo Motta, 8/01 não foi tentativa de golpe

indevido dos meios de comunicação. Com isso, a oposição se articula para emplacar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 141/2023 que visa reduzir o tempo de inelegibilidade de oito para dois anos, contados a partir da eleição em que se verificou a prática do crime. Dessa forma, o ex-presidente poderia voltar ao cenário eleitoral em 2026.

Grave retrocesso

Ao Correio da Manhã, o ex-juiz e um dos idealizadores da Lei da Ficha Limpa, Márlon Reis, considerou a tentativa de redução como um dos mais graves retrocessos já propostos no sistema eleitoral brasileiro. Para ele, a ampliação do tempo de três para oito anos na legislação ocorreu devido à ineficácia da punição anterior, que permitia “a continuidade de práticas ilícitas”.

“Reduzir o prazo de inelegibilidade para dois anos esvaziaria completamente a puni-

ção. Esse período é tão curto que, na prática, nem impediria um candidato condenado de disputar a eleição imediatamente seguinte. Além disso, a justificativa de que há outros mecanismos de responsabilização política ignora a realidade do sistema judicial brasileiro”, iniciou. “Processos criminais e administrativos podem levar anos para serem concluídos”, acrescentou Reis.

Anistia

Ainda na entrevista, Hugo Motta afirmou que os atos do dia 8 de janeiro de 2023, quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, não devem ser considerados uma tentativa de golpe, pois não houve uma liderança ou o apoio de instituições interessadas.

“Foi uma agressão às instituições, uma agressão inimaginável, ninguém imaginava que aquilo pudesse acontecer. Agora, querer dizer que foi um gol-

pe? Golpe tem que ter um líder, golpe tem que ter uma pessoa estimulando, apoio de outras instituições interessadas, como as Forças Armadas. E não teve isso”, iniciou.

O parlamentar também classificou como exageradas as punições impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a quem “não cometeu atos de tanta gravidade”.

As declarações causaram reações entre os parlamentares. A senadora Eliziane Gama (PSD-MA), que foi a relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro, divergiu do presidente da Câmara. “Como relatora da CPMI posso atestar categoricamente: após 5 meses de investigação, de receber centenas de documentos e de ouvir dezenas de testemunhas, houve tentativa de golpe e o responsável por liderar esses ataques tem nome e sobrenome. É Jair Messias Bolsonaro”, escreveu a senadora, em suas redes sociais.

Dólar e safra vão reduzir preço dos alimentos, afirma Haddad

Por Karoline Cavalcante

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, evitou comentar sobre a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a respeito do preço dos alimentos, quando sugeriu que as pessoas parassem de comprar quando encontrassem produtos caros. Em entrevista à Rádio Cidade de Caruaru, na última sexta-feira (7), Haddad afirmou que a redução do dólar e a expectativa de uma safra recorde em 2025 contribuirão para a queda dos preços dos alimentos no “médio prazo”. A fala do ministro ocorreu um dia após o presidente sugerir que a população brasileira evite adquirir alimentos com preços elevados como forma de pressionar a redução dos valores.

Haddad também apontou que medidas como o aumento real do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) e a reforma tributária farão parte da estratégia do governo federal para estabilizar o dólar e colocá-lo em um “patamar mais adequado”. De acordo com ele, esses fatores devem refletir em uma diminuição gradual dos preços nas próximas semanas.

O ministro explicou que a valorização do dólar no cenário mundial foi impulsionada pela eleição do presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Donald Trump (Republicano) em novembro de 2024. “Agora,



Haddad crê que preços dos alimentos logo cairão

se você acompanha o que está acontecendo, o dólar está perdendo força, chegou a R\$ 6,30 no ano passado e hoje está na casa dos R\$ 5,70 e poucos. Isso também colabora para redução do preço dos alimentos no médio prazo”, iniciou.

“Porque apesar de nós sermos grandes exportadores de alimento, quando você exporta o alimento, você exporta em dólar. Então, se o produtor aqui está recebendo mais em reais em virtude do dólar ter se apreciado, isso acaba tendo impacto nos preços internos”, prosseguiu o titular da Fazenda, que ressaltou que o mesmo deverá

acontecer em relação ao preço dos combustíveis.

Safra

Segundo o ministro, o Plano Safra do ano passado foi o “melhor da história” e também ajudará a normalizar a situação. O Plano Safra é um programa de incentivo do Governo Federal para o setor agropecuário, que tem por objetivo oferecer linhas de crédito e políticas agrícolas para os produtores rurais. “O Plano Safra do ano passado foi o maior da história e a partir de março vamos começar a colher a safra, que vai ser recorde. Vamos colher

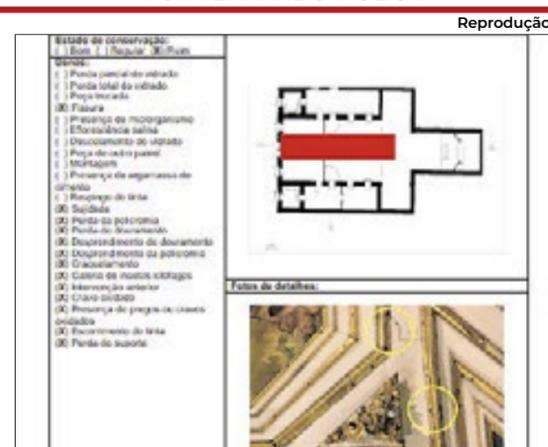
como nunca colhemos alimentos e também grãos. Tem o ciclo do boi também (ciclo pecuário que direciona os preços do boi no mercado) que está no final e isso tudo vai ajudar a normalizar essa situação”, afirmou Haddad.

Durante a entrevista, o ministro atribuiu a queda no poder de compra dos brasileiros à gestão dos ex-presidentes Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), destacando que “não é possível corrigir sete anos de má administração em dois”. Haddad ressaltou que, mesmo com o aumento recente de preços devido a fatores como seca, inundação no Rio Grande do Sul, e a flutuação do dólar, a situação atual ainda é mais favorável do que a que foi herdada pelo governo de Lula após o governo Bolsonaro.

O presidente Lula tem convocado reuniões com os ministros de seu governo para buscar alternativas para baixar os preços dos alimentos. Na quinta-feira (6), em uma fala que causou repercussões, o petista defendeu que a população precisa passar por um “processo educacional” para evitar a compra de alimentos com preços elevados, sugerindo que a troca por produtos similares pode ser uma solução para reduzir os preços. “Se você vai ao supermercado e você desconfia que tal produto está caro, você não compra”, disse o chefe do Palácio do Planalto.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Documento aponta falhas no forro da igreja

Relatório citou fissuras e cupins no forro da Igreja

Relatório protocolado em 7 de outubro do ano passado no Iphan apontou a existência, no forro da nave da Igreja de São Francisco, em Salvador, de fissura, craquelamento (presença de rachaduras ou fendas), galeria de insetos xilófagos (como cupins) e presença de pregos ou cravos oxidados. Parte do forro desabou na última quarta-feira e matou uma turista e

feriu cinco pessoas. Preparada pela empresa Solé Associados, a Ficha de Diagnóstico classifica como ruim o estado do teto da igreja.

A Solé foi contratada em dezembro de 2023 pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para estudar os problemas no conjunto arquitetônico e elaborar projetos executivos para sua recuperação.

Diagnóstico

No dia 4 de novembro o Iphan registrou sua resposta. Nela, cita a “presença documentada” de insetos e de madeiras deterioradas em diferentes partes do conjunto arquitetônico, o que “reforça a necessidade de diagnóstico detalhado das estruturas de sustentação”.

Integridade

O documento frisa que o Termo de Referência requer esse tipo de análise para “assegurar a integridade dos elementos históricos”. No início da tarde de ontem, o Correio Bastidores pediu ao Iphan esclarecimentos sobre o porquê de a igreja não ter sido interditada.



SEI/Iphan.

Segundo empresa, desabamentos podem ocorrer

Iphan pediu mais detalhes sobre riscos no convento

Na manhã de ontem, o Iphan respondeu a consulta feita na sexta pela coluna, sobre outro relatório da Solé, que apontava risco de desabamento e de mortes no convento anexo à igreja.

O Iphan ressaltou que foi o responsável por encomendar o documento e que este não cita problemas no teto da igreja — o

documento, de maio de 2024, é específico sobre o convento.

Na resposta, o órgão afirmou ter verificado deficiências na identificação “das causas dos danos e patologias apontados no parecer” sobre o convento e exigiu revisões e complementações no trabalho. Diz que ainda não recebeu o que solicitou.

Riscos

Em 1º de junho, a Solé enviou e-mail para o Iphan para alertar sobre ponto do relatório sobre o convento, enviado na véspera: havia o risco de “colapso de parte da edificação, colocando em risco vidas humanas”. Recomendou a interdição imediata de áreas do prédio.

Recuperação

Na nota, enviada à coluna, o Iphan diz que desde quinta vem elaborando estudos para contratação de obras emergenciais relacionadas ao desabamento. A lista prevê “escoramento, estabilização, acesso e segurança do monumento e dos trabalhadores envolvidos”.

Restauração

Segundo o Iphan, também nesta etapa serão realizados trabalhos de diagnóstico, triagem, catalogação, higienização, proteção e armazenagem das estruturas e bens artísticos da igreja afetados. Afirma que serão restaurados e posteriormente remontados.

Providências

No dia 7, a gestora do contrato, Paula Paoliello Cardoso, do Iphan-BA, sugeriu ao superintendente regional do órgão uma reunião com a Solé para tratar de providências a serem tomadas. Quer também a suspensão das discussões sobre reajuste de valores.